

## **Agenda Ambiental da Escola Nacional de Saúde Pública**

### **1. Sustentabilidade e Gestão Sustentável**

Sustentabilidade é um termo que deve ser analisado de forma abrangente devido a seu caráter complexo e multidimensional. Apesar das diversas, ambíguas e divergentes abordagens, de uma maneira geral, as definições buscam integrar viabilidade econômica, com prudência ecológica e justiça social, nas três dimensões conhecidas como “Tripple Bottom Line” (Tripé da Sustentabilidade).

Segundo Cabestré et al (2008) a *sustentabilidade* é a relação entre os sistemas econômicos e ecológicos na qual a vida humana continuaria indefinidamente e os efeitos das suas atividades permaneceriam dentro de limites sem destruir a diversidade, complexidade e funções do sistema de suporte da vida. Esse termo é remetido ao vocábulo *sustentar* no qual a dimensão “em longo prazo” está contemplada e deve ser incorporada à sua definição, uma vez que são analisados os interesses das futuras gerações (Ferreira, 2005).

Em adição aos valores apresentados, o conceito de sustentabilidade deve englobar o progresso como um conceito a ser medido pela qualidade de vida (cidadania, longevidade, saúde, maturidade psicológica, espírito comunitário) ao invés de puro consumo material (Ferreira, 2005).

O termo *sustentabilidade* sintetiza de forma geral o questionamento do atual modelo econômico e social, o qual se mostra esgotado, e a busca por práticas que assegurem a manutenção da espécie humana com qualidade de vida aliada à conservação dos recursos naturais.

A *gestão sustentável* visa à incorporação de boas práticas de governança que, apoiadas em políticas institucionais/empresariais, envolvam todos os profissionais nas estratégias de avaliação e execução de suas atividades de forma economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta. Nesse contexto, os pilares ambiental, econômico e social devem estar alicerçados na cultura, na política e na ética corporativa (Figura 1).



Figura 1:Diagrama de Gestão Sustentável

## **2. O Compromisso Ambiental nas Instituições Públicas**

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como ECO-92, reuniu mais de cem Chefes de Estado que tinham como objetivo conciliar o desenvolvimento econômico com as questões sociais e ambientais. O evento consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável, deixando como um de seus legados para a comunidade mundial a Agenda 21, cujo foco central é viabilizar um novo padrão de desenvolvimento ambientalmente racional através do equilíbrio entre

eficiência econômica, justiça social e proteção ambiental. Na prática, o texto deste documento estabelece “programas voltados ao exame dos padrões sustentáveis de produção e consumo e o desenvolvimento de políticas e estratégicas nacionais de estímulo a mudanças nos padrões insustentáveis de consumo.”

Visando ao fomento da implementação da Agenda 21 na escala Nacional, em 1999, o Ministério do Meio Ambiente lançou um projeto que buscava a revisão dos padrões de produção e consumo e a adoção de novos referenciais de sustentabilidade ambiental nas instituições da administração pública. A partir deste projeto foi criado em 2001 o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), com o objetivo de “sensibilizar os gestores públicos para a importância das questões ambientais, estimulando-os a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras”. Em 2007, a A3P foi fortalecida enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo.

Segundo a definição de Karliner & Guenther (2011) na Agenda Global para Hospitais Verdes e Saudáveis, uma instituição de Saúde Saudável e Sustentável é aquela que promove a saúde pública reduzindo seus impactos ambientais e sociais, reconhecendo a relação entre a saúde humana e o meio ambiente e demonstrando esse entendimento por meio de sua governança, estratégias e operações. As ações de gestão sustentável permitem a conexão entre as necessidades locais com ações ambientais envolvendo-se ativamente nos esforços da comunidade para promover a saúde ambiental, melhorar a saúde pública e gerar o desenvolvimento sustentável.

Assim, a Comissão de Gestão Ambiental da ENSP, constituída através da Portaria GD-ENSP 017/2012 em 05/06/2012, tomando por base os princípios da A3P e inspirada na Agenda para Hospitais Verdes e Saudáveis, adotou como estratégia inicial de trabalho a elaboração de uma Agenda Ambiental para a Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

### **3. Alinhamento Institucional**

O Relatório Final do VI Congresso Interno, aprovado em dezembro de 2010, insere a Gestão Ambiental no Macroprojeto Fiocruz Saudável, que tem com um de seus objetivos estratégicos “promover a Fiocruz à condição de instituição saudável e ambientalmente sustentável, por meio de ações integradas de saúde do trabalhador, biossegurança e **gestão ambiental**” com foco no uso eficiente de insumos (energia, água, material de consumo, etc), a fim de minimizar os impactos sobre o ambiente e reduzir os custos financeiros. No âmbito do trabalhador, este macroprojeto busca a promover a consciência da “relação entre saúde e ambiente, com vistas a gerar mudanças nas percepções e apreensões do indivíduo com relação a si mesmo e ao ambiente, na perspectiva de atitudes saudáveis”.

Firmando as bases teóricas da gestão ambiental, o macroprojeto “Consolidação do Programa de Saúde e Ambiente” tem como objetivo formular e disseminar conhecimento, conceitos e informações relevantes de saúde ambiental, contribuindo para a formulação de políticas socioambientais integradas, voltadas para as distintas realidades dos territórios e dos biomas, com ênfase na promoção da saúde, em âmbito nacional, regional e internacional, visando promover a qualidade de vida e saúde e o bem estar das gerações futuras.

Nesse contexto, os valores institucionais são os alicerces de atitudes, comportamentos e características que configuram a doutrina essencial da organização pautada na relevância da atuação da organização para a sociedade. Esses valores incluem, entre outros, a ciência e inovação como base do desenvolvimento socioeconômico e da promoção da saúde, a ética e transparência e o compromisso socioambiental.

A ENSP/Fiocruz, enquanto uma instituição de saúde ligada ao Governo Federal, tem por obrigação institucional o alinhamento com as políticas de estado que visem à garantia da saúde ambiental. Nesse sentido, a Agenda Ambiental, em termos corporativos, deve ser o processo que integra os

aspectos sociais, ambientais, econômicos e institucionais, com o objetivo de estabelecer e fomentar ações que garantam a aplicação de princípios e práticas de sustentabilidade em suas atividades.

Em sua missão de “gerar, absorver, compartilhar e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde pública, através da pesquisa e desenvolvimento, educação, cooperação técnico-especializada e prestação de serviços assistenciais, visando a melhoria das condições de saúde da população e da promoção da vida com qualidade”, a ENSP não pode abrir mão de seu papel historicamente indutor de políticas institucionais na área de saúde ambiental, com forte foco nas questões sociais, enquanto promotoras da saúde.

#### **4. Ações Sustentáveis na ENSP**

##### **4.1. Formação da Comissão**

Para impulsionar a formação e execução das ações ambientais foi criada pela Portaria da ENSP GD-ENSP 017/2012 em 05/06/2012 a Comissão de Gestão Ambiental. A formação multidisciplinar desta comissão oferece a oportunidade da apropriação de conhecimentos e experiências diversos dentro do contexto institucional, no que tange ao estado da arte das ações sócio-ambientais da unidade.

A presença de representantes da Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG/ENSP) e da Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde ratifica o envolvimento da alta gestão da instituição. Este fato aliado à presença de lideranças e expoentes em diversas áreas de atuação da unidade dão o caráter dinâmico essencial à implementação das ações de mudança da cultura organizacional, fundamentais para o estabelecimento e cumprimento do plano de metas.

#### **4.1.1. Objetivos da Comissão de Gestão Sustentável**

A Comissão de Gestão Sustentável, vinculada a Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional, tem caráter consultivo e indutor de políticas na área de sustentabilidade para a ENSP, tendo como finalidade elaborar as diretrizes da Política e do Plano de Ação da Gestão Sustentável e apoiar estudos e propostas que visem ao pleno cumprimento da legislação ambiental vigente, atuando de forma articulada com as diversas instâncias, buscando melhoria contínua de processos, no que tange ao alcance da sustentabilidade socioambiental.

#### **4.1.2. Atribuições da Comissão**

As atribuições dessa Comissão englobam:

- apoiar a formulação e a implementação de políticas internas da sustentabilidade;
- elaborar Plano de Ação Plurianual das ações da gestão sustentável, através do estabelecimento de metas tangíveis;
- estabelecer os indicadores e acompanhar a evolução do plano de ação;
- articular/intermediar ações executivas junto às instâncias pertinentes internas e externas;
- prospectar as tendências de inovações tecnológicas na área de sustentabilidade;
- elaborar relatório de sustentabilidade socioambiental;
- propor ações de melhoria na área de sustentabilidade.

#### **4.2. Construção da Agenda Ambiental na ENSP**

Este documento apresenta o marco de referência teórico-conceitual que será adotado para a elaboração do plano de ações da Comissão de Gestão Sustentável da ENSP utilizando os pilares da sustentabilidade, ressaltando a relevância de temas transversais como a cultura, a política e a ética institucionais, a ferramenta da qualidade para o mapeamento e padronização dos processos, a atenção à saúde do trabalhador e a necessidade de um plano de comunicação envolvendo ações de educação ambiental para mudança da cultura organizacional e publicidade das ações (Figura 2).



Figura 2: Pilares da sustentabilidade e temas transversais

#### 4.2.1. Eixos Estratégicos

Utilizando os pilares da sustentabilidade como base e a “Agenda Ambiental na Administração Pública” e a “Agenda dos Hospitais Verdes e Saudáveis” como os referenciais principais, foram definidos quatro eixos estratégicos. Esses eixos delimitam o campo de ação da Gestão Sustentável da ENSP definindo linhas de ações para a melhoria do desempenho ambiental, contribuindo para o alinhamento da ENSP na indução e na construção da política ambiental da Fiocruz, visando a promoção da saúde pública de qualidade, aliada à responsabilidade socioambiental (Quadro 1).

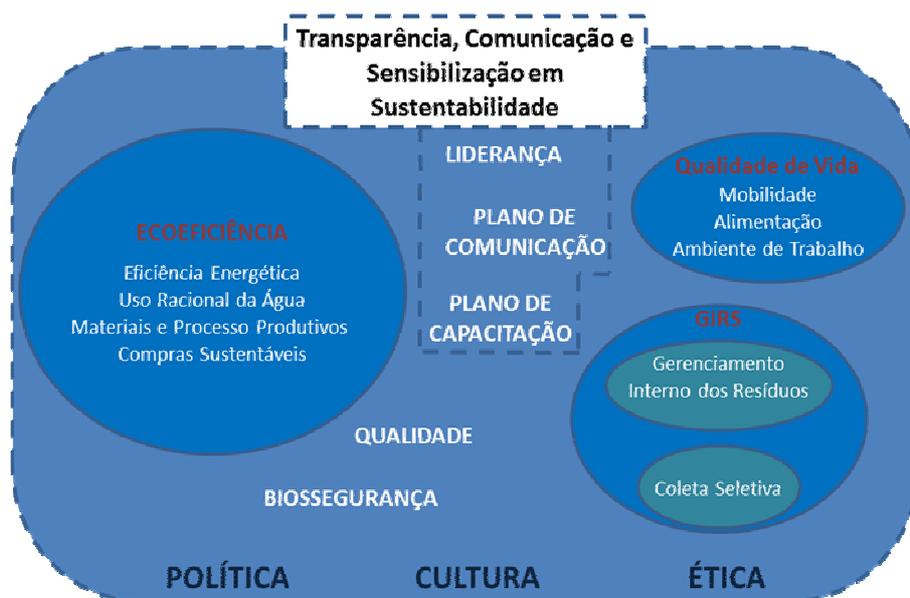


Figura 3: Eixos estratégicos da Gestão Sustentável na ENSP

##### 4.2.1.1. Ecoeficiência

É a forma de gestão que busca aplicar os recursos financeiros com economicidade, atendendo às necessidades humanas, gerando qualidade de vida para a população, através da redução progressiva dos impactos ambientais das atividades ao longo de seu ciclo de vida, sem ultrapassar a capacidade de suporte do planeta. (adaptado World Business Council for Sustainable Development).

A ecoeficiência na administração pública deve envolver ações para racionalizar o uso dos recursos naturais e bens públicos ou privados, adotando medidas que visem à eliminação do desperdício.

Na Agenda Ambiental da ENSP esse eixo é composto por quatro campos de atuação que incluem energia, água, materiais e processos produtivos e compras sustentáveis. O gerenciamento eficiente no uso de insumos (água, energia e materiais), a racionalização dos processos produtivos e a adoção de critérios socioambientais ao adquirir produtos e serviços conduzem a mitigação do impacto ambiental das atividades e ao aumento da qualidade de vida.

#### **4.2.1.2. Qualidade de Vida**

O conceito de qualidade de vida é extremamente amplo, envolvendo o bem estar do ser humano sob vários aspectos. Dentre estes, cabe destacar a saúde física, mental, emocional e relacionamentos sociais, como família, amigos e ambiente de trabalho.

“A administração pública deve buscar permanentemente uma melhor Qualidade de Vida no Trabalho promovendo ações para o desenvolvimento pessoal e profissional de seus servidores. Para tanto, as instituições públicas devem desenvolver e implantar programas específicos que envolvam o grau de satisfação da pessoa com o ambiente de trabalho, melhoramento das condições ambientais gerais, promoção da saúde e segurança, integração social, desenvolvimento das capacidades humanas, entre outros fatores“ (Brasil, 2009).

No tocante à abrangência desta agenda, foram estabelecidos três campos de atuação para este eixo estratégico: qualidade de vida no ambiente de trabalho, alimentação e mobilidade. O estímulo à inclusão de alimentos saudáveis e produzidos de forma sustentável, o deslocamento livre e com menor impacto ambiental e a integração as ações de saúde do trabalhador elevam a qualidade de vida desses profissionais. Desta forma, o pilar social

também é contemplado nos objetivos desse documento, oferecendo o apoio necessário a uma gestão sustentável.

#### **4.2.1.3. Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**

É o processo de planejar, implementar e avaliar medidas sanitárias em relação aos resíduos sólidos que contemplem a sua geração, minimização, segregação, acondicionamento, coleta, armazenamento, transporte, tratamento, disposição final, vigilância e controle, visando a proteção da saúde pública e do meio ambiente. (Brasil, 2004).

Nesse eixo, a Comissão de Gestão Sustentável deve planejar e coordenar a execução de medidas estruturantes e estruturais que contribuam para o gerenciamento adequado dos resíduos de modo que, ao serem descartados seletivamente, possibilitem seu correto manuseio. Sendo assim, é viabilizada a coleta e destinação final adequada deste resíduo, minimizando o impacto ambiental e cumprindo a legislação vigente.

A correta segregação do resíduo reciclável possibilita o cumprimento do Decreto 5940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta. Em adição, diminui o volume de resíduo comum destino aos aterros sanitários, aumentando sua vida útil e mitigando os danos ambientais.

#### **4.2.1.4. Transparência, Comunicação e Sensibilização em Sustentabilidade**

A saúde ambiental deve ser priorizada como base do planejamento institucional, sendo o apoio da alta direção essencial para a implantação e manutenção das políticas ambientais. Nesse processo, a transparência e publicização das políticas devem ser apoiadas em um plano de comunicação e sensibilização de todo o público alvo para a difusão da informação e do conhecimento visando à incorporação de novos valores a cultura

organizacional, a construção de competências e responsabilidades e a melhoria contínua das ações de sustentabilidade.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (Brasil, 1999).

Esse eixo da agenda cria as bases estruturantes para o alcance dos objetivos estabelecidos nos outros três eixos estratégicos através da apresentação de novos valores que, uma vez interiorizados pelo indivíduo, induzem às mudanças na cultura, política e ética institucional.

Quadro 1: Eixos estratégicos, campos de atuação e objetivos da Comissão de Gestão Sustentável da Escola Nacional de Saúde Pública.

<b>EIXO ESTRATÉGICO</b>	<b>CAMPO DE ATUAÇÃO</b>	<b>OBJETIVOS</b>
<b>Ecoeficiência</b>	Energia	Otimizar o consumo de energia, de forma a reduzir a demanda por esse insumo, sem perder o foco na qualidade/eficiência dos processos e conforto ambiental.
	Água	Incentivar o uso racional deste recurso por meio de ações tecnológicas e medidas de conscientização, visando à eliminação do desperdício e redução do consumo.
	Materiais e Processos Produtivos	Racionalizar o consumo e estimular o uso de materiais e processos que sejam menos impactantes ao ambiente e aos trabalhadores
	Compras Sustentáveis	Adquirir produtos e contratar serviços com critérios socioambientais.
<b>Qualidade de Vida</b>	Mobilidade	Estimular o deslocamento livre, saudável e sustentável
	Alimentação	Estimular a inclusão de alimentos saudáveis e produzidos de forma orgânica nas refeições oferecidas nos restaurantes aos profissionais e parceiros
	Qualidade de vida no ambiente de trabalho	Integrar as ações de biossegurança e saúde do trabalhador aos princípios da Gestão Sustentável.
<b>Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos</b>	Gerenciamento Interno de Resíduos	Reduzir o volume de resíduo gerado através do uso racional de produtos e materiais minimizando a pressão sobre os recursos naturais e encaminhar, após segregação, à destinação final adequada, minimizando os riscos à saúde e ao ambiente.
	Coleta Seletiva	Promover o descarte seletivo dos resíduos reduzindo o volume destinado aos aterros, através do direcionamento para reutilização ou reciclagem.
<b>Transparência, Comunicação e Sensibilização em Sustentabilidade</b>	Liderança	Priorizar a saúde ambiental como base do planejamento institucional.
	Plano de Comunicação	Sensibilizar e informar aos profissionais sobre sua responsabilidade na Gestão Sustentável e publicizar as ações da Comissão de Gestão Sustentável.
	Plano de Capacitações	Aprimorar o conhecimento e difundir a informação entre os profissionais, visando à melhoria contínua das ações de sustentabilidade.

## **5. Referências Bibliográficas**

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. Relatório Final do VI Congresso Interno da Fiocruz. 2010.

Brasil. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Departamento de Cidadania e Responsabilidade Socioambiental. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). 2009. Brasília. 5ª edição.

Brasil. Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006. Institui a separação dos resíduos descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamentos de efluentes, e dá outras providências.

Brasil. Ministério da Saúde. Agência nacional de Vigilância Sanitária. Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.

Brasil. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Cabestré, Sonia A.; Graziade, Tânia M.; Polesel Filho, P. 2008. Comunicação Estratégica, Sustentabilidade e Responsabilidade socioambiental – um estudo destacando os aspectos teórico-conceituais e práticos. In: Anais XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - Intercom: Natal/RN.

Ferreira, L. C. 2005. Sustentabilidade: uma abordagem histórica da sustentabilidade. In: BRASIL. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília: Ministério do MeioAmbiente.

Karliner, Joshua & Guenther, Robin. 2011. Agenda Global Hospitais Verdes e Saudáveis. In: [www.hospitaisverdes.net](http://www.hospitaisverdes.net)



Ministério da Saúde

**FIOCRUZ**

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca



ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA  
SERGIO AROUCA  
ENSP